

# Uma História do Pensamento Econômico do consumo: averiguação da literatura econômica ortodoxa e heterodoxa<sup>1</sup>

## *A History of Economic Thought on consumption: investigation of orthodox and heterodox economic literature*

DOI: <https://dx.doi.org/10.26694/2764-1392.5654>

Natânia Silva Ferreira<sup>2</sup>  
Maria Michelle dos Santos de Oliveira<sup>3</sup>  
Jéssica Alves Souza<sup>4</sup>  
Êmile Sousa França<sup>5</sup>

Artigo submetido em 04/04/2024. Aceito em 17/11/2024.

**Resumo:** De forma geral, a Economia pode ser definida como uma Ciência Social Aplicada que se ocupa da averiguação da alocação de recursos escassos em uma comunidade, sendo compreendidos tais recursos, especialmente, como todos os bens materiais necessários para a vida em sociedade, que são produzidos e consumidos. Dessa forma, o objetivo deste artigo é o de analisar o consumo dentro da História do Pensamento Econômico, com base em autores da ortodoxia e da heterodoxia econômica. Para cumprimento do objetivo, as fontes principais serão obras de autores selecionados, que trataram, de forma mais ou menos direta, do tema do consumo. Concluímos que o consumo, variável econômica — mas também estudado por outras áreas como a História, a Sociologia e a Antropologia — é visto de maneira diferente por autores ortodoxos e heterodoxos, sendo que, para estes últimos, o termo guarda uma relação muito próxima com outras áreas da Ciência, que estão para além da Economia, sendo compreendido como uma prática social que escapa da utilidade, racionalidade e bem-estar ortodoxos.

**Palavras-chave:** Consumo. Economia. História do Pensamento Econômico. Ortodoxia. Heterodoxia.

**Abstract:** In general, Economics can be defined as an Applied Social Science that deals with investigating the allocation of scarce resources in a community, being understood, such resources especially, as all material goods necessary for life in Society, that are produced and consumed. Therefore, the objective of this article is to analyze consumption within the History of Economic Thought, based on authors of economic orthodoxy and heterodoxy. To achieve the objective, the main sources will be works by selected authors, who dealt, more or less directly, with the topic of consumption. We conclude that consumption, an economic variable — but also studied in other areas such as History, Sociology and Anthropology — is seen differently by orthodox and heterodox authors, and for the latter, the term has a very close relationship with other areas of Science, which are beyond economics, being understood as a social practice that escapes from orthodox utility, rationality and well-being.

**Keywords:** Consumption. Economy. History of Economic Thinking. Orthodoxy. Heterodoxy.

---

<sup>1</sup> Este artigo é fruto de pesquisas do Projeto de Pesquisa “Consumo: Perspectiva do Tema na História do Pensamento Econômico e na Formação Econômica de Ilhéus (1860-1920)”, cadastrado na PROPP/UESC sob o número 073.6765.2023.0006226-63 e das discussões realizadas no âmbito do Projeto de Extensão “Economia no Ensino Médio” (Conhecer Economia), cadastrado na PROEX/UESC com registro 0219.15.01.13.02.AC.2014.01.

<sup>2</sup> Docente do Departamento de Ciências Econômicas (DCEC) da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). E-mail: nsferreira@uesc.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7294-1959>.

<sup>3</sup> Graduanda em Ciências Econômicas pelo DCEC da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). E-mail: mmsoliveira.ecn@uesc.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-1626-0954>.

<sup>4</sup> Bacharela em Ciências Econômicas pelo DCEC da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). E-mail: zra.alvs@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-8927-6435>.

<sup>5</sup> Graduanda em Ciências Econômicas pelo DCEC da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). E-mail: esfranca.ecn@uesc.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-7373-9694>.

## **Introdução: o consumo nas Ciências Econômicas, na Sociologia e na Antropologia**

Sendo um dos objetivos principais da Economia como ciência a análise das melhores formas de alocação de recursos escassos em uma sociedade, a produção e o consumo se tornam elementos centrais. Desde alimentos e bebidas, roupas e sapatos, eletrodomésticos, móveis, automóveis, até uma infinidade de bens materiais, todos esses bens são produzidos, transportados, comercializados e, finalmente, consumidos.

Nesse sentido, consumo pode ser entendido, de forma geral na economia, tomando como base Sandroni (1999, p. 126): “utilização, aplicação, uso ou gasto de um bem ou serviço por um indivíduo ou uma empresa”. Isso dá a entender que o consumo se constitui na fase final do processo de produção, e de acordo com as palavras do autor: “É o objetivo e a fase final do processo produtivo, precedida pelas etapas de fabricação, armazenagem, embalagem, distribuição e comercialização” (Sandroni, 1999, p. 126).

Embora produção e consumo possam ser compreendidos como parte de um único processo, que se inicia com a produção e termina com o consumo, vale ressaltar que são atividades distintas: “Numa sociedade em que a divisão social e técnica é relativamente complexa, a apropriação e a transformação dos elementos da natureza são separadas, no tempo e no espaço, de seu uso para a satisfação de necessidades humanas” (Sandroni, 1999, p. 126).

Essencial para a compreensão do consumo é entender que as necessidades humanas variam de país para país, e até mesmo dentro das regiões de um mesmo país. Modificam-se de acordo com as diferentes culturas e as diferentes faixas etárias e ainda conforme o sistema capitalista, que possibilita a ampliação da produção e das necessidades humanas. Sendo assim, o consumo, variável econômica, possui relação com outras áreas, como a Sociologia e a Antropologia.

Dentro da Sociologia, consumo pode ser compreendido como diferenciador de classes sociais, ou seja, o conjunto de bens e costumes presentes no cotidiano de um grupo social marca a diferença deste grupo em relação a outro. E o consumo das diferentes classes sociais, ainda que varie conforme a renda de tais classes, modifica-se por conta de outros determinantes importantes.

Segundo o sociólogo francês Bourdieu (2011), as diferenças sociais entre os distintos grupos de pessoas não ocorrem apenas devido a diferentes níveis de rendimentos, pois possuem grande relevância os hábitos e os gostos, que formam diferentes estilos de vida.

Assim, sem depender diretamente da renda, o que é de necessidade básica para um grupo social pode ser supérfluo ou luxuoso para outro grupo, e a questão de necessidade ou de luxo dependerá, especialmente, dos hábitos e dos gostos, que formam determinados estilos de vida.

Considerando a Antropologia, o consumo possui estreita relação com a cultura, isto é, padrões de consumo diferentes, presentes nas sociedades, assim o são por conta das influências culturais distintas que operam nos grupos sociais<sup>6</sup>. O consumo sofre influências ideológicas, sociológicas e culturais que são concretizadas por meio da escolha dos diversos bens materiais que são consumidos (Rede, 1996). Assim, a cultura imaterial influencia no consumo de bens materiais, ou seja, influencia na cultura material<sup>7</sup>.

Ainda sobre a relação entre consumo e cultura, vale ressaltar a antropóloga Mary Douglas e o economista Baron Isherwood. Os autores escreveram que o consumo pode ser associado à cultura, sendo definido como a utilização de posses materiais que estão para além do comércio (Douglas; Isherwood, 2004, p. 102). O consumo sendo uma prática social, entendida além do comércio ou da utilidade, pode ser averiguado com base em influências culturais (McCracken, 2003, p. 99). Seguindo essa linha, uma pessoa não consumiria um determinado bem apenas por conta do preço ou da necessidade de tal bem, mas porque a cultura presente em seu entorno também a influenciaria<sup>8</sup>.

O consumo, portanto, é um tema que pode ser averiguado em diferentes áreas do conhecimento: Economia, Sociologia, Antropologia, História. Dentro da Economia há diferenças sobre o termo nas análises realizadas por diversos pensadores. Dessa forma, o objetivo deste trabalho é averiguar o consumo dentro da História do Pensamento Econômico, com base em autores da ortodoxia e da heterodoxia<sup>9</sup>.

Para cumprimento do objetivo, as fontes principais serão obras de autores selecionados, que trataram, de forma mais ou menos direta, do tema consumo. Dentro da ortodoxia, serão destacados: os utilitaristas Bentham (1979), Mill (1996) e Jevons (1996), que trabalharam com a noção de consumo útil e racional; e, Marshall (1996) e Pareto (1996), economistas que contribuíram para o desenvolvimento da economia do bem-estar. Dentro da

---

<sup>6</sup> Segundo Rede (1996), a cultura diz respeito à somatória de componentes discretas (ideológica; sociológica; material) distribuídas estratigraficamente.

<sup>7</sup> A cultura material, ou os estudos de cultura material, buscam a interpretação dos bens materiais presentes nas sociedades. Dessa forma, procuram alcançar a compreensão dos elementos materiais de uma cultura, isto é, a dimensão palpável de uma realidade social (Meneses; Borrego, 2018).

<sup>8</sup> A cultura exerce influência quando, por exemplo, um alimento é a base da alimentação de um grupo social por muito tempo, tendo sido transmitido às pessoas de geração em geração, se tornando costume. Da mesma forma, quando uma maneira de vestir é cultivada ao longo do tempo, sendo reforçada pelos costumes sociais, a cultura exerce influência.

<sup>9</sup> Neste artigo, ortodoxia se refere às escolas Clássica, Marginalista e Neoclássica de Economia. Heterodoxia se refere às escolas Marxista, Keynesiana e Institucionalista.

heterodoxia serão destacados: Marx (2011), em que o consumo aparece em sua crítica à Economia Política Clássica; Keynes (1996), que escreveu sobre fatores objetivos e subjetivos do consumo; e, Veblen (1965)<sup>10</sup>, que trabalhou com a noção de consumo conspícuo.

Além desta Introdução, este artigo será formado pelas seções descritas a seguir. Seção de número 1, na qual será realizada uma revisão de literatura acerca das raízes da ortodoxia e das críticas realizadas pela heterodoxia. Seção 2, em que o consumo será compreendido com base nos autores da Economia ortodoxa: Bentham (1979) e Mill (1996), representantes da Escola Clássica; Jevons (1996), representante da Escola Marginalista; Marshall (1996) e Pareto (1996), representantes da Escola Neoclássica. Seção de número 3, onde consumo será analisado com base nos autores da Economia heterodoxa: Marx (2011), principal representante da escola Marxista; Keynes (1996), a figura central da escola Keynesiana; Veblen (1965), representando a Economia Institucional. Por fim, a última parte do trabalho, conta com as Considerações Finais.

## **1 *Mainstream* e as alternativas: as raízes da economia ortodoxa e as críticas heterodoxas à ortodoxia**

Bresser-Pereira (2012) pode ser considerado um crítico à economia ortodoxa, sobretudo à vertente neoclássica, devido aos modelos hipotético-dedutivos, às premissas de racionalidade perfeita, à hipótese dos retornos decrescentes, dentre outros elementos, defendidos pelos neoclássicos. Nas palavras do autor:

O núcleo neoclássico é composto de um grupo de modelos hipotético-dedutivos que objetivam oferecer uma visão fechada e abrangente de um sistema econômico atemporal. Do mesmo modo que a matemática e a estatística partem de alguns axiomas para desenvolver sua ciência metodológica, a teoria econômica neoclássica parte das hipóteses da racionalidade perfeita ou do interesse próprio, dos retornos decrescentes, do caráter ergódico dos eventos econômicos, e de mercados altamente (não necessariamente “perfeitamente”) competitivos para deduzir todo o sistema econômico. O resultado principal desse individualismo metodológico foi o modelo do equilíbrio geral [...] (Bresser-Pereira, 2012, p. 14).

A ortodoxia econômica remonta sua gênese aos trabalhos de Adam Smith, que com a publicação de *A Riqueza das Nações*, em 1776, confere à Economia *status* de ciência, sendo essa disciplina encarada, sobretudo, pela óptica do pressuposto de escassez e otimização. Na obra de Smith (1996), adveio o que mais tarde ficou conhecido como Economia Política. Em seus trabalhos, o autor teoriza sobre como os sistemas econômicos crescem no tempo, tendo a

<sup>10</sup> As datas citadas imediatamente após os nomes dos autores são as referentes às edições das bibliografias utilizadas neste artigo, e não àquelas em que os originais foram publicados pela primeira vez.

Economia Política por objeto o sistema capitalista. Analisa termos como valor de uso, valor de troca, valor-trabalho. Tendo analisado a Economia no contexto da Primeira Revolução Industrial, do século XVIII, Smith (1996, v. 1) pôde distinguir as três classes sociais mais importantes do sistema capitalista de produção: os capitalistas, os proprietários de terra e os operários, com suas respectivas remunerações: lucros, aluguéis e salários.

A principal obra de David Ricardo: *Princípios de Economia Política e Tributação* — autor este de vertente ortodoxa, importante para a consolidação da Economia enquanto ciência — foi publicada em 1817. Para ele, o foco da economia seria a escassez e, seguindo o pensamento de Ricardo, o preço dos bens, incluindo a terra, deveria ser baseado ou em sua escassez ou proporcionalmente à quantidade de trabalho necessária para a produção de tal bem, porém como exceção, estariam os bens de luxo, como moedas raras e estátuas, dentre outros. O valor de troca, em Ricardo (1996), é definido como sendo a quantidade de trabalho incorporado às mercadorias, constituindo sua teoria do valor-trabalho.

Se as raízes da economia ortodoxa podem ser encontradas nas obras de Smith (1996) e Ricardo (1996), especialmente, ela se concretizou com o auxílio de obras de demais autores das escolas Clássica, Marginalista e Neoclássica. Dogmas da Escola Clássica, como as limitações do envolvimento do governo na economia<sup>11</sup>, a harmonia de interesses<sup>12</sup> e a importância de leis econômicas<sup>13</sup> foram aprimorados pelas escolas Marginalista e Neoclássica.

Seguindo a linha da Escola Clássica, para os Marginalistas, os agentes econômicos apresentariam comportamento racional, ou seja, agiriam de forma racional ao comparar trabalho e prazeres, medindo a utilidade marginal de diferentes bens e equilibrando as necessidades presentes e futuras; já o método para a explicação dos acontecimentos econômicos — herança de David Ricardo — seria o abstrato e o dedutivo, seguindo a óptica de modelos clássicos; o mercado deveria ser deixado à livre concorrência, pois as forças de oferta e de demanda o manteriam em equilíbrio, sem necessidade de intervenção governamental nas atividades econômicas (Brue, 2006).

De forma geral, seguindo os mesmos caminhos das escolas Clássica e Marginalista para análises econômicas, segundo os Neoclássicos os indivíduos seriam conhecedores de

---

<sup>11</sup> Para a Escola Clássica, o melhor governo governaria o mínimo. As forças do mercado livre e competitivo guariam a produção, a troca e a distribuição. A economia seria autoajustável e tendendo na direção do emprego total sem intervenção do governo. A atividade do governo deveria ser limitada à aplicação dos direitos de propriedade e ao fornecimento da defesa nacional e da educação pública (Brue, 2006).

<sup>12</sup> Economistas clássicos enfatizavam que, ao correr atrás de seus interesses individuais, as pessoas atenderiam aos melhores interesses da sociedade (Brue, 2006).

<sup>13</sup> Dentre tais leis, é possível citar: Teoria do Valor-trabalho; Lei das Vantagens Comparativas; Lei de Say.

todas as cestas disponíveis, de modo que pudesse ser feita a melhor escolha para maximização da utilidade. Ao considerarem o mercado em concorrência perfeita, autorregulado e tendendo ao pleno emprego, os Neoclássicos defendem fortemente a não intervenção do Estado na economia. Ainda nesse sentido, qualquer desequilíbrio seria meramente transitório, pois as forças de mercado de oferta e demanda o corrigiriam automaticamente e de forma eficaz (Oliveira; Gennari, 2009; Brue, 2006).

Marshall (1996) é considerado um marco na transição da economia antiga para a moderna, ao propor inovações metodológicas para a área. Dele deriva a substituição do termo “economia política” até então adotado, por apenas “economia” (Rubio, 2012, p. 28).

As premissas ortodoxas, criticadas pelos heterodoxos, podem ser resumidas por meio da citação de Bresser-Pereira (2012):

O núcleo duro do pensamento econômico neoclássico (equilíbrio geral, macroeconomia das expectativas racionais e modelos de crescimento endógeno) está essencialmente equivocado, porque adota um método hipotético-dedutivo que é apropriado para as ciências metodológicas, enquanto que uma ciência social substantiva exige um método empírico ou histórico-dedutivo. Embora a microeconomia marshalliana também seja hipotético-dedutiva, ela é uma realização importante porque na verdade fundou uma ciência metodológica: a tomada de decisões econômicas, mais tarde completada pela teoria dos jogos. Como o pensamento dedutivo permite o raciocínio matemático, os modelos resultantes são aparentemente científicos e constituem o núcleo do pensamento econômico dominante. Mas muitas vezes são ‘raciocínios’ econômicos, não teorias reais capazes de prever e orientar (Bresser-Pereira, 2012, p. 14).

Teorias heterodoxas englobam o pensamento que, de alguma forma ou de outra, entram em contradição com o pensamento ortodoxo, isto é, as escolas Clássica e Neoclássica, especialmente. Essas teorias englobam Marxistas, Keynesianos, Institucionalistas, Estruturalistas, dentre outros. Abaixo, alguns pressupostos da ortodoxia serão descritos, e análises críticas serão tecidas.

O primeiro ponto de destaque diz respeito à Economia Ortodoxa Neoclássica sustentar que os mercados estariam sempre em equilíbrio, ou seja, as forças de oferta e demanda manteriam os mercados eficientes e autorregulados (Oliveira; Gennari, 2009, p. 169)<sup>14</sup>. Entretanto, se os mercados fossem eficientes e autorregulados, a Crise de 1929 e a Depressão de 1930, por exemplo, poderiam ter sido resolvidas deixando-se o mercado operar sozinho, mas foi necessária intervenção governamental (Saes; Saes, 2013). Nas duas crises, se o

<sup>14</sup> Aqui, vale ressaltar o pensamento de Say: “A abordagem de Say pressupõe que a economia esteja em equilíbrio, e, portanto, as crises econômicas são fenômenos passageiros ou desequilíbrios temporários em determinados mercados” (Oliveira; Gennari, 2009, p. 93).

governo não tivesse intervindo no sistema econômico, as fases de baixo crescimento teriam tomado dimensões ainda maiores.

O segundo ponto de crítica se relaciona aos Neoclássicos afirmarem que, para se garantir a estabilidade financeira e de preços, o rápido crescimento econômico e a distribuição de renda igualitária bastaria proteger os direitos de propriedade e os contratos, mantendo as finanças públicas em equilíbrio (Bresser-Pereira, 2012, p. 10). A crítica a esse ponto afirma que:

Embora a competição de mercado devesse automaticamente levar a um crescimento rápido, a experiência histórica demonstrou sistematicamente que para alcançar os desenvolvidos [*catching up*] é necessária uma ação vigorosa do Estado. Embora mercados financeiros desregulados devessem garantir a estabilidade financeira, o enorme aumento das bolhas de ativos e das crises financeiras após o colapso dos acordos de Bretton Woods, demonstrou que isso simplesmente não era verdade (Bresser-Pereira, 2012, p. 10).

O terceiro elemento de destaque na crítica à ortodoxia diz respeito aos Neoclássicos proporem que os ajustes comportamentais são instantâneos, considerando que os indivíduos possuem racionalidade ilimitada (Bresser-Pereira, 2012, p. 10). Os heterodoxos, principalmente os Evolucionários, afirmaram que, em um mundo onde a seleção natural atua sobre as firmas e os indivíduos, as mudanças mercadológicas podem ocorrer como surpresas para ambos, que precisam estar preparados para evoluir no mercado (Nelson; Winter, 2005). Os agentes econômicos são racionais, mas sua racionalidade é limitada e, dessa forma, não é possível que possam prever todas as ações; o ambiente é incerto.

Finalmente, vale ressaltar, os Neoclássicos tomam por base para análises, modelos econômicos matemáticos sofisticados, utilizando modelagem hipotético-dedutiva para explicar a realidade econômica (Bresser-Pereira, 2012, p. 21). Acreditam os heterodoxos que os modelos formais utilizados pelos ortodoxos, com base na Matemática e na Estatística, podem até fazer sentido no âmbito do livro-texto, mas não são condizentes com a realidade econômica.

A ortodoxia neoclássica é dogmática e afastada da realidade porque usa método baseado em axiomas ao invés de generalizar a experiência do comportamento dos mercados [...] a teoria do equilíbrio geral, a macroeconomia das expectativas racionais e os modelos de crescimento endógeno são teorias ortodoxas que não orientam a política econômica [...] (Bresser-Pereira, 2010, p. 01).

As diferenças entre a economia ortodoxa e a heterodoxa se estendem para a compreensão do consumo. Diferentemente da vertente ortodoxa, os heterodoxos que abordaram o tema o fizeram de forma mais flexível, ou seja, incluindo elementos de outras

áreas da Ciência, para além da Economia, como a História, a Sociologia e a Antropologia, de forma distinta daquela que fizeram os ortodoxos.

## 2 Consumo na óptica ortodoxa: as escolas Clássica, Marginalista e Neoclássica

Na presente seção, consumo será descrito e analisado com base na vertente ortodoxa de Economia, representada por Bentham (1979) e Mill (1996), autores da Escola Clássica de Economia; Jevons (1996), autor da Escola Marginalista; Marshall (1996) e Pareto (1996), representantes da Escola Neoclássica.

Bentham (1979), Mill (1996) e Jevons (1996) receberam o título de Utilitaristas, por focarem nas noções de utilidade e racionalidade em suas análises econômicas. Tais noções, de utilidade e racionalidade, podem ser associadas ao consumo de bens. Marshall (1996) e Pareto (1996) foram relevantes autores para a formação do campo de estudos da Economia do Bem-Estar, campo esse que também pode ser analisado à luz do consumo de bens materiais.

### 2.1 Consumo, utilidade e racionalidade: contribuições de Bentham, Mill e Jevons

Jeremy Bentham (1979) pode ser considerado o fundador do Utilitarismo, significando o utilitarismo que os indivíduos deveriam buscar o maior bem-estar possível, não só para eles mesmos, mas para o maior número de pessoas. Para a compreensão do Utilitarismo do autor, vale reproduzir a noção de utilidade defendida por ele:

Por princípio de utilidade entende-se aquele princípio que aprova ou desaprova qualquer ação, segundo a tendência que tem a aumentar ou diminuir a felicidade da pessoa cujo interesse está em jogo, ou, o que é a mesma coisa em outros termos, segundo a tendência a promover ou comprometer a referida felicidade [...]. O termo utilidade designa aquela propriedade existente em qualquer coisa, propriedade em virtude da qual o objeto tende a produzir ou proporcionar benefício, vantagem, prazer, bem ou felicidade (tudo isto, no caso presente, se reduz à mesma coisa), ou (o que novamente equivale à mesma coisa) a impedir que aconteça o dano, a dor, o mal, ou a infelicidade para a parte cujo interesse está em pauta (Bentham, 1979, p. 04).

Nesse contexto, os indivíduos, agindo de forma racional, realizariam escolhas de consumo com o objetivo de alcançar a felicidade e minimizar o sofrimento<sup>15</sup>. Vale salientar

<sup>15</sup> Segundo Bentham (1979, p. 03, grifo do autor), a respeito de sofrimento e felicidade: “A natureza colocou o gênero humano sob o domínio de dois senhores soberanos: a *dor* e o *prazer*. Somente a eles compete apontar o que devemos fazer, bem como determinar o que na realidade faremos. Ao trono desses dois senhores está vinculada, por uma parte, a norma que distingue o que é reto do que é errado, e por outra, a cadeia das causas e dos efeitos”.

ainda que tais escolhas não gerariam consequências apenas para os âmbitos individuais, mas também para os coletivos, considerando que as escolhas individuais gerariam bem-estar para a sociedade.

John Stuart Mill foi discípulo de Jeremy Bentham, tendo trabalhado também com as noções de utilidade, felicidade e sofrimento, prazer e dor. As ações seriam corretas na medida em que promovessem a felicidade ou o prazer e erradas na medida em que promovessem o reverso da felicidade: dor ou sofrimento. A felicidade, então, seria sinônimo de prazer e ausência de dor (Ekerman 1996). A partir dos escritos do autor, é possível afirmar que ele expande a ideia do consumo útil, destacando que vai para além de satisfazer necessidades básicas (Ekerman 1996).

Mill (1996) enfatiza a importância da qualidade do prazer e da realização pessoal no consumo útil. Defende que escolhas informadas e conscientes seriam fundamentais, considerando a qualidade dos produtos e seu impacto no bem-estar e desenvolvimento pessoal. É possível afirmar que o autor também enfatiza a responsabilidade social no consumo, levando em conta o impacto sobre outras pessoas e o meio ambiente. Assim, o consumo útil buscaria não apenas a satisfação individual, mas também o enriquecimento pessoal e social por meio de escolhas conscientes e responsáveis (Ekerman, 1996).

De acordo com as considerações de Mill (1996), é possível enfatizar que o consumo deveria ser orientado para o bem comum e a promoção da felicidade geral. O consumo de bens e serviços não deveria ser feito de forma extravagante ou egoísta, mas sim com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das pessoas e da sociedade como um todo. Ainda, é válido salientar que uma das chaves para o consumo útil e racional seria a educação. A educação desempenharia papel fundamental na formação das pessoas, permitindo-lhes entender a importância de considerar o impacto de suas escolhas de consumo sobre os outros. Por meio da educação, as pessoas poderiam desenvolver um senso de responsabilidade social e moral em relação ao seu consumo.

Finalmente, da mesma forma como em Bentham (1979) e Mill (1996), a Teoria da Utilidade de Jevons (1996), que aborda a relação entre prazer e sofrimento, pode ser compreendida como uma teoria do consumo de bens. Nas palavras do autor:

O prazer e o sofrimento são indiscutivelmente o objeto último do cálculo da Economia. Satisfazer ao máximo as nossas necessidades com o mínimo de esforço — obter o máximo do desejável à custa do mínimo indesejável —, ou, em outras palavras, maximizar o prazer, é o problema da Economia. Mas é conveniente dirigir o mais cedo possível nossa atenção para as ações ou objetos físicos que são para nós a fonte de prazeres e sofrimentos. Grande parte do trabalho de qualquer comunidade é empregada na produção dos gêneros de primeira necessidade e das conveniências

comuns da vida, como comida, vestuário, prédios, utensílios, mobílias, ornamentos etc.; e o conjunto dessas coisas, portanto, é o objeto imediato de nossa atenção (Jevons, 1996, p. 69).

Partindo da utilidade, o autor desenvolve o conceito de utilidade marginal decrescente. Assim, a utilidade marginal do consumo de um bem qualquer<sup>16</sup>, a partir de um determinado momento, se tornaria decrescente: quão maior o consumo deste bem ao longo do tempo, menor sua utilidade. Essa utilidade poderia variar também considerando os distintos usos que um bem possuísse para um indivíduo, ou seja, o mesmo bem, tendo usos diferentes, possuiria utilidades diferentes. Jevons (1996, p.81) exemplifica com a cevada, o açúcar, a madeira e o ferro:

Existem artigos que podem ser empregados para muitos fins distintos: assim, a cevada pode ser usada tanto para fazer cerveja, bebida alcoólica, pão, como para alimentar rebanhos; o açúcar pode ser usado na alimentação ou para produzir álcool; a madeira pode ser empregada em construção ou como combustível; o ferro e outros metais podem ser empregados para muitos fins diferentes.

Quando Jevons (1996) argumenta que, à medida que consumimos mais de algo, a satisfação que obtemos com cada unidade adicional diminui, isso significa que existe um ponto em que a felicidade é máxima, e encontrar esse ponto é essencial para alcançar um consumo mais satisfatório. A chave, porém, é encontrar equilíbrio, evitando excessos e buscando a moderação nos padrões de consumo.

## 2.2 Consumo e economia do bem-estar: o pensamento de Marshall e Pareto

A leitura e a análise das obras de Alfred Marshall (1996) e Vilfredo Pareto (1996) permitem afirmar que os autores trataram sobre o consumo em suas teorizações como sinônimo de geração de bem-estar.

Inicialmente, Marshall (1996)<sup>17</sup> relaciona consumo com produção negativa<sup>18</sup>, significando um processo inverso do processo de produção. Se a produção cria bens materiais, o consumo destrói esses bens.

<sup>16</sup> De acordo com Jevons (1996, p. 70), o consumo possui relação direta com a utilidade: “A comida que evita os tormentos da fome, as roupas que rechaçam o frio do inverno, possuem utilidade incontestável. Devemos, porém, nos guardar de restringir o significado da palavra por qualquer consideração moral. Deve-se considerar que tudo aquilo que um indivíduo deseja e trabalha para obter tem utilidade para ele”.

<sup>17</sup> Marshall é considerado um sintetizador das teorias clássica e utilitarista-marginalista, deu continuidade aos pensamentos de Adam Smith e David Ricardo e também de John Stuart Mill e William Jevons, principalmente no que diz respeito à teoria do valor para essas vertentes. Ele adicionou a variável tempo como determinante do valor: no curto prazo prevaleceria os efeitos do valor utilidade, ou seja, das preferências da demanda, sobre a

Consumo pode ser considerado produção negativa. Assim como o homem pode produzir apenas utilidades, nada mais lhe é dado consumir [...] da mesma forma que a sua produção de coisas materiais nada mais é do que um novo arranjo da matéria, emprestando-lhes outras utilidades, o seu consumo das mesmas não é senão uma desagregação da matéria, que lhe diminui ou destrói as utilidades (Marshall, 1996, p. 130).

Embora o consumo esteja em segundo plano na obra do autor, já que a produção ocupa lugar de destaque, ainda assim, em Marshall (1996), o termo aparece de forma mais evidente do que em outros autores da escola Neoclássica, e é possível realizar uma associação entre consumo e bem-estar. O bem-estar, para o autor, seria obtido mediante equilíbrio parcial, sendo atingido por meio do equilíbrio entre quantidades e preços de demanda e oferta no interior de cada mercado.

Pela leitura de palavras de Marshall (1996), é possível associar consumo a bem-estar:

[...] pois a simples tentativa de estabelecer claramente como medir a procura de uma coisa descerra novos aspectos dos principais problemas da Economia. [...], podemos desde já notar a possibilidade de coligir e de grupar estatísticas de consumo, de forma a lançar luz sobre questões difíceis, de grande importância para o bem-estar público (Marshall, 1996, p. 150).

Assim, a procura ou a demanda — ou seja, o consumo de bens, a depender desse consumo — leva ao maior ou ao menor bem-estar individual e, conseqüentemente, coletivo. Seguindo noções dos economistas Utilitaristas, Marshall (1996) trabalha com o conceito de utilidade. De acordo com o autor:

O homem não pode criar coisas materiais. No mundo mental e moral, sem dúvida, é capaz de produzir novas ideias. Mas quando se diz que produz coisas materiais, na realidade trata-se apenas da produção de utilidades — ou, em outras palavras, os esforços e sacrifícios do homem resultam em mudança de forma ou arranjo da matéria, a fim de melhor adaptá-la à satisfação das suas necessidades (Marshall, 1996, p. 129).

Dessa forma, vale salientar que Marshall (1996) lida com conceitos importantes para a compreensão do consumo. Além da noção de bem-estar, a ideia de utilidade e de necessidades

---

composição do valor-preço das mercadorias; já a longo prazo os fatores de produção seriam mais determinantes para tal composição.

<sup>18</sup> Nesse sentido, para o autor, “consumo produtivo, quando usado como termo técnico, é definido comumente como o uso da riqueza na produção de nova riqueza” (Marshall, 1996, p. 132). Consumo improdutivo pode ser descrito como aquele não utilizado na produção, como o consumo de bens materiais para satisfação das necessidades humanas e do bem-estar.

— estas últimas que são satisfeitas também por meio do consumo de bens — fazem parte da teoria do pensador.

Ainda, seguindo preceitos dos Marginalistas, Marshall (1996) avança no conceito de utilidade marginal decrescente, colocando-o em termos de expressão do preço, ou seja, quanto maior a quantidade adquirida de um bem, menor seria o preço que um indivíduo estaria disposto a pagar por uma quantidade a mais desse mesmo bem. Desse modo, a utilidade marginal decrescente está diretamente ligada ao consumo, isto é, existe um limite para o nível de consumo de um bem qualquer e, a partir desse limite, a utilidade vai diminuindo<sup>19</sup>.

O cenário de concorrência perfeita seria o melhor para a obtenção do maior bem-estar social. Um cenário de concorrência perfeita entre os ofertantes de bens, com ganhos de eficiência da produção, resultaria em redução de preços e, conseqüentemente, em ganhos no lado da demanda, ou seja, do consumo.

Em Pareto (1996)<sup>20</sup>, é possível destacar, a respeito da análise sobre consumo, o capítulo quarto de seu *Manual de Economia Política*, denominado “Os gostos”. O autor inicia o capítulo tratando de gostos e ofelividade<sup>21</sup>:

Tentamos reduzir o fenômeno dos gostos ao prazer que o homem sente quando consome certas coisas ou quando delas se serve de alguma maneira. Apresenta-se aqui, imediatamente, uma dificuldade. Devemos considerar o uso e o consumo simplesmente como facultativos ou também como obrigatórios? Em outras palavras, as quantidades de mercadorias que figuram nas fórmulas da Economia pura devem ser entendidas como consumidas apenas quando isso agrada ao indivíduo, ou como necessariamente consumidas, mesmo que em vez de prazer elas causem aborrecimentos? (Pareto, 1996, p. 199).

Por meio da citação descrita, é possível destacar elementos já trabalhados por outros autores da Economia ortodoxa, como a relação entre consumo, prazer e sofrimento. Pareto (1996) vai para além disso, já que a subjetividade dos gostos entra em sua teoria. Todavia, vale frisar, sua análise é menos profunda que a vista na heterodoxia por se circunscrever muito mais aos aspectos individuais e financeiros que compõem o consumo.

---

<sup>19</sup> Diminuindo a utilidade, diminuiria o consumo, que pode decrescer também pela mudança de hábitos individuais ou costumes coletivos. Segundo Marshall (1996, p. 134): “O consumo pode ser diminuído pela mudança de hábitos”, porém, “qualquer privação dos objetos de necessidade é ruína”.

<sup>20</sup> Pareto, assim como Marshall, foi também um grande contribuinte para a constituição da Escola Neoclássica e para a formulação de conceitos que deram corpo ao edifício conceitual da Microeconomia. Produziu concomitantemente à Marshall, em meados do século XIX e também foi responsável por avanços na formalização matemática da Economia.

<sup>21</sup> De acordo com o Michaelis (2015), ofelividade é o “termo que designa o valor de uso de uma mercadoria, isto é, a capacidade de determinado bem satisfazer necessidades humanas”.

Na teoria paretiana, os gostos se relacionam com as necessidades, mas a depender da situação, estas se destacam apenas “sob pressão”. Nas palavras do autor: “o homem prefere o pão, a mulher, as pérolas finas, e é apenas sob pressão da necessidade que eles os substituem pela polenta e pelas pérolas falsas” (Pareto, 1996, p. 204).

As necessidades podem ser analisadas de forma conjunta e, sendo assim, há certa dependência dos consumos de determinados produtos:

Quando o homem consome ao mesmo tempo pão e polenta, quando a mulher enfeita-se com pérolas falsas e pérolas finas, não se pode mais supor que a ofelividade da polenta é independente da do pão, nem que a ofelividade das pérolas falsas é independente da das pérolas finas; é preciso, então, considerar a ofelividade de certa combinação de pérolas falsas e de pérolas finas, de pão e de polenta ou de outra maneira qualquer, levar em conta a dependência dos consumos (Pareto, 1996, p. 204).

Em sua teoria, Pareto (1996) estabelece um caráter ordinal de preferências, com o uso das curvas de indiferença, trazido da Matemática para a Economia, para indicar que o consumo de um bem se daria sempre em combinação com outros bens — um exemplo simplório disso é o uso de um caderno que pressupõe o uso de uma caneta. Assim, bastaria à Teoria Econômica a investigação da ordem de preferências dos conjuntos de combinações de bens para o consumidor, pois considerando as curvas de indiferença, haveria nelas pontos em que os consumidores seriam indiferentes a determinadas combinações de bens<sup>22</sup>.

Pareto (1996) chama atenção para um ponto que merece destaque. Segundo o autor, “quando mudam as condições, mudam também os gostos dos Homens” (Pareto, 1996, p. 206). Com base nessa frase, vale salientar que os padrões de consumo podem mudar com o passar do tempo. Ainda que as condições às quais o autor se refira sejam especialmente financeiras, podemos considerar influências de grupos sociais e influências culturais. Dessa forma, o conjunto de bens que representa o bem-estar social para um consumidor individual ou grupos de pessoas, em uma determinada época, pode não representar em outro momento do tempo, por alterações em condições financeiras, sociais ou culturais, que interferem no consumo.

Em Pareto (1996), o consumo tido como sinônimo de bem-estar é atingido mediante o equilíbrio geral da economia, por meio da alocação de recursos que equalizam as restrições, sobretudo orçamentárias, e as preferências de consumo dos agentes econômicos. Assim, além

---

<sup>22</sup> A ideia de equalização entre preferências e restrições foi tomada como a dinâmica de comportamento não só referente à demanda, mas também do lado da produção e até mesmo do Estado. Com isso, Pareto deu novos contornos à teoria do equilíbrio geral da economia, proposta por Walrás, mas antes restrita às limitações da concepção de utilidade das premissas utilitaristas. Com a nova teoria do equilíbrio geral, todos os agentes econômicos, Estado, produtores e consumidores, buscariam a otimização dos seus resultados por meio da equalização entre suas preferências e restrições.

de considerar uma cesta de produtos que, se consumidos, levam ao bem-estar, é preciso levar em consideração as restrições de orçamento para alcance do bem-estar.

### **3 Consumo na óptica heterodoxa: as escolas Marxista, Keynesiana e Institucionalista**

O consumo na Economia ortodoxa pode ser relacionado, de forma geral, à utilidade, à racionalidade e ao bem-estar, tanto individuais como coletivos. Na Economia heterodoxa, consumo é compreendido de uma forma mais flexível, porque guarda relação com outras áreas da Ciência. Desta forma, na presente seção, consumo será descrito e analisado com base na vertente heterodoxa de economia, representada por Marx (2011), Keynes (1996) e Veblen (1965).

Marx (2011), ao realizar a crítica à Economia Política, ou Economia Clássica, ainda que tenha focado na produção, escreve também sobre o consumo. Em Keynes (1996), o consumo aparece em sua análise da propensão marginal a consumir, que é influenciada por fatores objetivos e subjetivos. Finalmente, Veblen (1965), ao escrever sobre instituições e consumo conspícuo, fornece grande contribuição para a História do Pensamento Econômico.

#### **3.1 Marx e o consumo na crítica à Economia Clássica**

Tratar da categoria ‘consumo’ em Marx (2011), assim como tantas outras em sua obra, passa por observar a sua crítica à Economia Política da época.

Para a Economia Clássica, segundo Marx (2011), existe um caminho com início (produção), meio (distribuição e troca) e fim (consumo), que assume a aparência de lei natural da sociedade. E há nessa compreensão uma inferência que o autor considera que, à primeira vista, justifica-se pela forma como essas relações aparentam em sua superfície. Com isso, tem-se que o produto é produzido para o consumo, o consumo existe quando é satisfeita uma necessidade, ambos existem um para o outro e são intermediados pela distribuição e troca. Ou seja, a produção para a economia Clássica se trata de produção, distribuição, troca e consumo com foco no produto, o que Marx (2011) denomina de “produção em geral”. Nas palavras do autor:

Produção, distribuição, troca e consumo constituem assim um autêntico silogismo; a produção é a universalidade, a distribuição e a troca, a particularidade, e o consumo, a singularidade na qual o todo se unifica. Esta é certamente uma conexão, mas uma conexão superficial. A produção é determinada por leis naturais universais; a distribuição, pela casualidade social, e pode, por isso, ter um efeito mais ou menos

estimulante sobre a produção; a troca interpõe-se entre ambos como movimento social formal; e o ato conclusivo do consumo, concebido não apenas como fim, mas também como finalidade propriamente dita, situa-se propriamente fora da economia, exceto quando retroage sobre o ponto de partida e enceta de novo todo o processo (Marx, 2011, p. 62).

Em contraponto, Marx (2011) evidencia que a “produção em geral” é precedida pela “produção determinada”. E por “produção determinada”, tem-se que esta é a determinação: da divisão do trabalho, dos meios de produção, da distribuição dos meios de produção e do modo de apropriação construídos historicamente por uma sociedade (Marx, 2011, p. 75).

Marx (2011) usa como um dos seus exemplos o salário como o marcador da cota de distribuição da produção ao trabalho assalariado, que só aparece dessa forma dentro da sociedade capitalista e que é diferente de como essa cota seria distribuída em um sistema escravista<sup>23</sup>. O produto é acessado e consumido de formas distintas por um assalariado em seu tempo histórico e por um escravizado em seu tempo histórico. E isso não se dá, segundo Marx (2011), devido ao movimento das leis naturais da sociedade, se dá a partir das determinações de quem se apropriou e detém o poder sobre os meios de produção de uma sociedade.

Portanto, consumo é, para Marx, o resultado da produção determinada, que é o conjunto das determinações de produção de cada período histórico socialmente construído. Assim sendo, a análise do consumo em Marx (2011) possui uma componente importante, não abordada por economistas ortodoxos, Clássicos, Marginalistas e Neoclássicos: o destaque para a História, as especificidades e a evolução do modo de produção em que os mais diversos bens materiais são produzidos e consumidos.

### **3.2 Keynes e os fatores objetivos e subjetivos do consumo**

Keynes pode ser considerado um dos mais importantes pensadores da História do Pensamento Econômico de vertente heterodoxa. Dentre outras instruções, Keynes (1996) pregou a importância do Estado para o crescimento econômico, considerando os gastos governamentais como essenciais para uma economia<sup>24</sup>.

<sup>23</sup> “O conquistador, que vive do tributo, ou o funcionário, que vive do imposto, ou o proprietário fundiário, que vive da renda, ou o monge, que vive da esmola, ou o levita, que vive do dízimo, todos recebem uma cota da produção social determinada por leis diferentes das que determinam a cota dos escravos etc.” (Marx, 2011, p. 59).

<sup>24</sup> O pensamento de Keynes (1996), a respeito da relevância do Estado para a economia reside no governo, por meio dos gastos governamentais, promover certa dinamização econômica. No modelo da demanda agregada de Keynes (1996), quando o governo aumenta o nível de gastos, esses gastos podem ser utilizados, por exemplo, por empresários — que captariam recursos financeiros via empréstimos do sistema bancário — para investimentos. Os empresários utilizam tais recursos para investimentos em máquinas, equipamentos e mão de obra.

O consumo, na obra de Keynes (1996), pode ser entendido como propensão marginal a consumir, que pode ser traduzido da seguinte forma: Dada uma variação na renda, o nível de consumo também varia, porém, não na mesma proporção em que ocorreu a variação da renda. Segundo Keynes (1996, p. 134), “a nossa lei psicológica normal” prega que “no caso de aumentos e diminuições da renda real da comunidade, o consumo aumenta e diminui, mas não tão depressa”. O sinal da variação na renda e da variação no nível de consumo são os mesmos, de mesmo sentido, ou positivos, ou negativos; mas, a variação na renda é maior que a variação no consumo (Keynes, 1996).

O pensamento de Keynes (1996) a respeito da propensão marginal a consumir prega, portanto, que, se a renda de um indivíduo aumenta, tal acréscimo de renda não será gasto integralmente com o aumento do nível de consumo. E, da mesma forma, se os rendimentos de um indivíduo diminuem, essa diminuição não será traduzida integralmente como a diminuição do nível de consumo.

A propensão marginal a consumir varia conforme fatores objetivos e fatores subjetivos. Serão apresentados abaixo, as descrições e as análises referentes, primeiro, aos fatores objetivos e, depois, aos fatores subjetivos.

Os fatores objetivos elencados por Keynes (1996) são seis, sendo: 1. Uma variação na unidade de salário; 2. Uma variação na diferença entre renda bruta e renda líquida; 3. Variações imprevistas nos valores de capital não considerados no cálculo da renda líquida; 4. Variações na taxa intertemporal de desconto, isto é, na relação de troca entre os bens presentes e os bens futuros; 5. Variações na política fiscal; 6. Modificações das expectativas acerca da relação entre os níveis presentes e futuros da renda.

Sobre o primeiro elemento objetivo — uma variação na unidade de salário — de forma resumida, é possível afirmar que, se o salário real aumenta ou diminui, o consumo também aumenta ou diminui. Segundo Keynes (1996, p. 115), o consumo é uma função muito mais da renda real do que nominal. Nas palavras do autor: “Em dada situação da técnica, das preferências do público e das condições sociais que determinam a distribuição da renda, a renda real de um indivíduo sobe e desce com a quantidade de unidades de trabalho de que pode dispor”.

---

obra, gerando, assim, emprego para uma população. A população empregada recebe salários pela venda de sua mão de obra e, dessa forma, tem dinheiro para a manutenção de um certo nível de consumo. Os salários da população, gastos em bens e serviços, retornam para os empresários, na forma de receitas e, da mesma forma, parte do dinheiro de consumidores e empresários retorna ao governo, por meio de tributos. Com o dinheiro arrecadado, o governo pode reduzir, manter ou ampliar seus gastos. Assim, o ciclo da demanda agregada se inicia novamente.

O exposto acima significa que a renda sobe e desce considerando “o montante da sua renda medida em unidades de salário, embora a sua renda real suba em proporção menor que o seu rendimento medido em unidades de salário (devido à influência dos rendimentos decrescentes), quando o volume agregado da produção muda” (Keynes, 1996, p. 115). Sobre o primeiro fator objetivo que influencia na propensão marginal a consumir:

Podemos, portanto, admitir razoavelmente, como primeira aproximação, que, se a unidade de salário varia, o gasto em consumo correspondente a certo nível de emprego variará assim como os preços, na mesma proporção, ainda que, em certas circunstâncias, tenhamos de levar em conta as possíveis conseqüências sobre o consumo agregado de uma mudança na distribuição da renda real (Keynes, 1996, p. 115).

O segundo fator objetivo, que possibilita que a propensão marginal a consumir se modifique, é a variação na diferença entre renda bruta e renda líquida. O consumo depende mais da renda líquida do que da bruta ou nominal, “visto que, por definição, é a renda líquida que o indivíduo tem em mente, antes de mais nada, quando decide a escala do seu consumo” (Keynes, 1996, p. 115). Assim sendo, “a parte da variação da renda que não afete a renda líquida deve ser negligenciada, pois não influi sobre o consumo; e, de forma semelhante, deve ser levada em conta a variação na renda líquida que não reflita na renda” (Keynes, 1996, p. 115).

O terceiro elemento objetivo que interfere na propensão marginal a consumir — variações imprevistas nos valores de capital não considerados no cálculo da renda líquida — segundo Keynes (1996), possui grande importância para modificar a propensão a consumir, por não apresentar nenhuma relação estável com o montante de renda.

O consumo das classes proprietárias de riqueza pode ser extremamente suscetível às variações imprevistas no valor nominal de seus bens. Este fator deve ser considerado entre os mais importantes daqueles capazes de ocasionar variações de curto prazo na propensão a consumir (Keynes, 1996, p. 115).

O quarto fator que influencia a propensão marginal a consumir diz respeito às variações na taxa intertemporal de desconto, isto é, na relação de troca entre os bens presentes e os bens futuros. Esse quarto elemento pode ser entendido como a taxa de juros. Segundo Keynes (1996, p.116):

Reconheceu-se há muito tempo que o efeito total das variações da taxa de juros sobre a propensão a despendar em consumo imediato é complexo e incerto, dependendo de tendências antagônicas, dado que alguns dos motivos subjetivos para poupar são mais facilmente satisfeitos quando a taxa de juros sobe, enquanto outros diminuem.

Da citação descrita acima, pode ser salientado que, quando a taxa de juros sobe, pode-se esperar que aumentem os motivos para poupar — pois os retornos dessa poupança serão maiores — então a propensão a consumir tende a decrescer nesse contexto.

A respeito da relação entre o quarto elemento e a propensão marginal a consumir, Keynes (1996, p.116) escreve, sobre o longo prazo, que “é provável que variações substanciais na taxa de juros tendam a modificar consideravelmente os hábitos sociais e, portanto, a propensão subjetiva a despende, embora, sem as luzes da experiência, se torne difícil indicar em que sentido”. Já, no curto prazo, a influência “sobre os gastos individuais feitos com determinada renda é secundária e relativamente de pouca importância, excetuando-se, talvez, o caso de variações excepcionalmente grandes” (Keynes, 1996, p. 116-117).

A propensão marginal a consumir pode ser influenciada por um quinto fator: variações na política fiscal. Os impostos sobre a renda e outros, influenciam os padrões de consumo. “Se a política fiscal for usada como um instrumento deliberado para conseguir maior igualdade na distribuição das rendas, seu efeito sobre o aumento da propensão a consumir será, naturalmente, tanto maior” (Keynes, 1996, p. 117).

Finalmente, o sexto elemento que influencia na propensão marginal a consumir — modificações das expectativas acerca da relação entre os níveis presentes e futuros da renda — é um fator que, de acordo com Keynes (1996, p. 117), “embora ele possa afetar consideravelmente a propensão a consumir de um indivíduo, é provável que, quando se trata da comunidade como um todo, seus efeitos tendam a compensar-se”. Sendo assim, se há expectativas sobre o aumento da renda, a propensão marginal a consumir tende a aumentar, mas se há expectativas que direcionem para a diminuição da renda, a propensão marginal a consumir tende a diminuir. “A renda agregada medida em unidades de salário é, regra geral, a principal variável de que depende o componente consumo da função de procura agregada” (Keynes, 1996, p. 118).

Além dos fatores objetivos, a propensão marginal a consumir pode variar por fatores subjetivos. “Como a análise desses fatores não levanta nenhum problema novo, talvez seja suficiente enumerar os mais importantes, sem entrarmos em maiores considerações a seu respeito” (Keynes, 1996, p. 127). Os motivos pelos quais as pessoas se absteriam de gastar sua renda são oito, de acordo com Keynes (1996): primeiro, constituir uma reserva para contingências imprevistas; segundo, preparar-se para uma relação futura prevista, como a velhice ou a educação dos filhos; terceiro, beneficiar-se dos juros e da valorização, pois um

consumo real maior no futuro pode ser preferível a um consumo imediato mais reduzido; quarto, desfrutar de um gasto progressivamente crescente, considerando a perspectiva de um nível de vida que melhore gradualmente; quinto, desfrutar de uma sensação de independência ou do poder de fazer algo; sexto, garantir uma massa de manobra para realizar projetos especulativos ou econômicos; sétimo, legar uma fortuna; oitavo, satisfazer a pura avareza, isto é, inibir-se de modo irracional, mas persistente, de realizar qualquer ato de despesa como tal.

Os oito fatores subjetivos que influenciam a propensão a consumir foram denominados, por Keynes (1996) de: precaução, previdência, cálculo, melhoria, independência, iniciativa, orgulho e avareza. Da mesma forma, o autor escreve que “também poderíamos formular uma lista de motivos para consumir tais como: prazer, imprevidência, generosidade, irreflexão, ostentação e extravagância” (Keynes, 1996, p. 128).

Em Keynes (1996), o consumo toma um caráter mais complexo que nos autores ortodoxos, sendo a propensão marginal a consumir influenciada por diversos fatores objetivos e subjetivos que fazem sentido no cotidiano de muitas pessoas. O consumo, na *Teoria Geral* de Keynes (1996), possui uma relevância maior que aquela observada nas escolas Clássica, Neoclássica e Marginalista, em que a produção ocupava o centro das análises ou o consumo era entendido, especialmente, pelas ópticas da utilidade, da racionalidade e do bem-estar.

### 3.3 Veblen e o consumo conspícuo

Thorstein Veblen, importante economista da escola Institucionalista, associou consumo conspícuo e classe ociosa. Consumo conspícuo seria aquele relacionado ao que transcende as necessidades práticas, transformando-se em uma expressão visível de *status* social e poder.

Veblen (1965) escreve sua *Teoria da Classe Ociosa* no final do século XIX, quando o capitalismo estava em ascensão em muitos países. Naquele contexto, associa classe ociosa às “classes nobres e as classes sacerdotais e grande parte de seus agregados”. As ocupações dessas classes eram “diferentes dentro da classe ociosa, mas todas elas têm uma característica comum — não são ocupações industriais. Essas ocupações não-industriais das classes altas são em linhas gerais de quatro espécies — ocupações governamentais, guerreiras, religiosas e esportivas” (Veblen, 1965, p. 20).

Pela leitura dos escritos de Veblen (1965), é possível compreender a formação da classe ociosa, em associação com o consumo conspícuo. Inicialmente, nas culturas bárbaras, a

falta de distinção entre classes deu lugar a uma clara demarcação nas comunidades feudais. Nobres e sacerdotes, ao se dedicarem a atividades não relacionadas à subsistência, solidificaram barreiras sociais e de gênero, lançando as bases para hábitos individuais e costumes coletivos que mudam muito lentamente com o tempo, como os alimentares, por exemplo<sup>25</sup>.

A competição por realização pecuniária, impulsionada pela busca incessante por superação, influenciou as estruturas sociais ao longo do tempo. A acumulação de riqueza, guiada pela emulação pecuniária, tornou-se crucial, elevando a agressão à categoria de prestígio e criando uma diferença injusta entre proeza e aquisição pela força. Essa distinção, por sua vez, moldou hierarquias sociais e sistemas econômicos ao longo de anos.

Durante os primeiros estágios do desenvolvimento econômico, o consumo ilimitado de bens, especialmente dos bens de maior excelência, e como regra qualquer consumo que exceda o mínimo necessário à subsistência, pertence normalmente à classe ociosa. Esta restrição tende a desaparecer, pelo menos formalmente, quando se chega ao último estágio pacífico, com a propriedade particular e um sistema industrial fundado no trabalho assalariado ou na pequena economia doméstica (Veblen, 1965, p. 78-79).

O sistema industrial possibilitaria a ampliação do consumo em uma sociedade, ou seja, uma maior quantidade de bens materiais chegaria às mãos dos indivíduos, devido à produção em massa.

Todavia, durante o estágio anterior quase-pacífico, em que tomaram forma e consistência tantas das tradições por meio das quais a instituição da classe ociosa afetou a vida econômica de épocas posteriores, este princípio teve força de lei consuetudinária. O princípio serviu de norma, a que se tinha de conformar o consumo; qualquer desvio apreciável de tal norma considera-se forma aberrante, destinada a desaparecer mais cedo ou mais tarde na evolução ulterior da cultura (Veblen, 1965, p. 79).

Assim, Veblen (1965) destaca a relação intrínseca entre o surgimento da classe ociosa e o desenvolvimento da propriedade privada, contexto que originaria as práticas de consumo conspícuo. Segundo o autor, “onde quer que se encontre a instituição da propriedade privada, mesmo sob forma muito embrionária, o processo econômico tem o caráter de uma luta entre os homens pela posse de bens” (Veblen, 1965, p. 38). Instituições ou normas sociais moldariam o consumo e, o que não estivesse dentro das instituições, seria desaprovado socialmente.

---

<sup>25</sup> “Em geral, quanto mais antigo o hábito, tanto mais inquebrantável; e quanto mais um determinado hábito coincidir com os costumes, tanto maior a persistência com que se fixará” (Veblen, 1965, p. 108).

A classe ociosa está no topo da estrutura social em matéria de consideração; e seu modo de vida, mais os seus padrões de valor, proporcionam à comunidade as normas de boa reputação. A observância desses padrões, em certa medida torna-se também incumbência de todas as classes inferiores da escala (Veblen, 1965, p. 87).

A ideia de consumo conspícuo, conforme proposta por Veblen (1965), oferece uma lente analítica valiosa para entender as complexidades do comportamento de consumo em sociedades modernas, destacando as dimensões sociais e simbólicas por trás das escolhas de compra. A teoria sugere que a luta pela riqueza vai além das necessidades básicas, refletindo-se na busca incessante por prestígio e *status*. As palavras de Stuart Chase, em nota prévia à *Teoria da Classe Ociosa*, resumem bem o pensamento de Veblen (1965) sobre a relação entre consumo conspícuo e classes sociais:

Pessoas acima da linha da mera subsistência, nesta época, e em todas as épocas anteriores, não aproveitam o excesso que a sociedade lhes deu, visando primordialmente a propósitos úteis. Não buscam elas expandir suas próprias vidas, viver com mais sabedoria, mais inteligência e mais compreensão, mas buscam impressionar as outras pessoas pelo fato de serem possuidoras desse excesso... Os meios e modos mediante os quais criam essa impressão, Veblen os denomina de consumo conspícuo. Consistem, tais meios e modos, em despender dinheiro, tempo e esforço, quase de todo inutilmente, na agradável tarefa de inflar o próprio ego [...]. As pessoas superiores dominam seus inferiores em pecúnia mediante gastos supérfluos, à vista do que os inferiores movem céu a terra para melhorar seu *status*, gastando até o último limite de suas posses. Não faz muito que comprar a prestações proporcionou-lhes uma oportunidade sem paralelo para satisfazer suas ambições (Chase, 1965, p. 14-15).

Ao serem abordadas as complexidades das escolhas de consumo, é possível perceber como as pressões sociais e a competição impulsionam os gastos conspícuos. A dificuldade de reduzir gastos já estabelecidos contrasta com a facilidade de ampliá-los em resposta ao aumento da riqueza. A teoria vebleniana proporciona uma visão perspicaz sobre como escolhas de consumo estão enraizadas na evolução das sociedades.

Diferentemente dos autores ortodoxos, das escolas Clássica, Marginalista e Neoclássica, citados neste artigo, bem como de Marx (2011) e Keynes (1996), Veblen (1965), ao escrever sobre a relação entre consumo conspícuo e classe ociosa, pode ser lido não apenas como um economista institucional, mas como um sociólogo que associou consumo a classes sociais.

### **Considerações Finais: o consumo na ortodoxia e na heterodoxia**

A economia tem como objeto de estudo a escassez. Uma definição comum de Economia é a de que ela é a Ciência Social Aplicada que estuda a alocação de recursos escassos em uma dada sociedade. Recursos escassos, analisados pelo lado da demanda, podem ser, dentre outros, alimentos e bebidas, roupas e sapatos, móveis e eletrodomésticos, automóveis e imóveis. São recursos que são consumidos ou utilizados diariamente por diversas pessoas.

Neste artigo, o objetivo principal foi analisar o consumo, uma variável econômica, dentro da História do Pensamento Econômico, com base em autores da ortodoxia e da heterodoxia. Para cumprimento do objetivo proposto, foram utilizados autores da economia ortodoxa: Bentham (1979) e Mill (1996), representantes da escola Clássica; Jevons (1996), representante da escola Marginalista; Marshall (1996) e Pareto (1996), representantes da escola Neoclássica. Também foram expostos os pensamentos de autores da heterodoxia: Marx (2011), principal representante da escola Marxista; Keynes (1996), a figura central da escola Keynesiana; Veblen (1965), representante da Economia Institucional.

Dentro da economia ortodoxa, houve destaque para os Utilitaristas, Bentham (1979), Mill (1996) e Jevons (1996), em que consumo pode ser relacionado com utilidade e racionalidade. Agindo de maneira racional, e pensando na utilidade proporcionada pelos bens, os consumidores escolheriam suas cestas de consumo. Os indivíduos escolheriam bens úteis para suas necessidades e, quanto maior a utilidade de um bem ou um conjunto de bens, maior seria a felicidade proporcionada aos consumidores. Para os autores Utilitaristas, a felicidade pode ser definida como sinônimo de prazer e ausência de dor ou sofrimento. Dessa forma, o consumo de bens materiais poderia proporcionar a felicidade individual e coletiva.

Ainda dentro da economia ortodoxa, foram salientados Marshall (1996) e Pareto (1996), economistas da escola Neoclássica que contribuíram para o que foi denominado Economia do Bem-Estar. O bem-estar, tanto individual, mas, especialmente, social ou coletivo, seria obtido, para Marshall (1996), em cenário de concorrência perfeita, pois a concorrência entre ofertantes resultaria em redução de preços e em ganhos pelo lado da demanda, ou seja, do consumo de bens. Pareto (1996) trabalha com a noção de gostos, que se relaciona diretamente com o consumo, pois os gostos podem ser associados às necessidades materiais. O autor aborda a ideia de preferências, com o uso de curvas de indiferença, que seriam limitadas pelas restrições orçamentárias de cada indivíduo ou família e, sendo assim,

pode-se afirmar que, considerando os gostos individuais ou coletivos, bens ou conjuntos de bens seriam preferíveis e outros, possibilitando, ou não, o alcance de bem-estar.

No escopo da economia heterodoxa, houve destaque para Marx (2011), Keynes (1996) e Veblen (1965). Em Marx (2011), o consumo aparece na crítica que o autor direcionou à Economia Política Clássica. Da argumentação de Marx, o principal que se relaciona com consumo, é a importância de a prática ser compreendida historicamente, pois o consumo seria condicionado e constituído pelas relações determinadas de produção e de distribuição, essencialmente pelas classes que detêm o poder, em um determinado tempo histórico.

Do pensamento de Keynes (1996), foi possível salientar os fatores objetivos e subjetivos do consumo. O consumo, ou, a propensão marginal a consumir, variaria por conta dos seguintes fatores objetivos: uma variação na unidade de salário; uma variação na diferença entre renda e renda líquida; variações imprevistas nos valores de capital não considerados no cálculo da renda líquida; variações na taxa intertemporal de desconto, isto é, na relação de troca entre os bens presentes e os bens futuros; variações na política fiscal; modificações das expectativas acerca da relação entre os níveis presentes e futuros da renda.

Ainda conforme esse autor, a propensão marginal a consumir também variaria pelos seguintes fatores subjetivos: constituir uma reserva para contingências imprevistas; preparar-se para uma relação futura prevista; beneficiar-se dos juros e da valorização; desfrutar de um gasto progressivamente crescente, considerando a perspectiva de um nível de vida que melhore gradualmente; desfrutar de uma sensação de independência ou do poder de fazer algo; garantir uma massa de manobra para realizar projetos especulativos ou econômicos; legar uma fortuna; satisfazer a pura avareza.

Finalmente, em Veblen (1965), o consumo pode ser associado às classes sociais, pois o autor, ao tratar sobre consumo conspícuo, trata, ainda que indiretamente, de diferentes classes sociais. O consumo conspícuo seria o consumo em excesso, para além das necessidades de um indivíduo ou grupo de pessoas, realizado com o objetivo de alcance de *status* social por quem o realiza.

O consumo conspícuo faria parte do cotidiano das classes altas, mas as classes baixas também o desejariam e, assim sendo, o sistema capitalista criaria mecanismos para que as classes baixas obtivessem um consumo próximo ao consumo das classes altas. O “comprar a prestação” seria um desses mecanismos, assim como a proliferação de marcas mais baratas dos produtos originais mais caros. Da associação entre consumo conspícuo e classes sociais, realizada por Veblen (1996), é possível tecer duas considerações, descritas abaixo.

Primeiro, o consumo pode ser um definidor de classes sociais, ou seja, o consumo de bens identifica diferentes estratos sociais, por meio dos bens comprados, gastos, consumidos. Segundo, a competição capitalista — moldada por instituições sociais — que incita a busca pelo consumo e a distinção social, faz com que o consumo das classes altas seja difundido por outras classes; ainda que não seja consumido exatamente o mesmo produto das classes altas, ou a mesma marca consumida pelas classes altas, às classes mais baixas seria possível certa aproximação com as classes mais altas, por meio do consumo de bens materiais.

Com as reflexões acerca do consumo dentro da História do Pensamento Econômico, tendo como base literaturas de economia ortodoxa e heterodoxa, é possível afirmar que o consumo, variável econômica — mas também estudado em outras áreas como a História, a Sociologia e a Antropologia — é visto de maneira diferente por autores ortodoxos e heterodoxos, sendo que, para os heterodoxos, considerando aqui Marx (2011), Keynes (1996) e Veblen (1965), sobretudo o último, o termo guarda uma relação muito próxima com outras áreas da Ciência, que estão para além da economia.

Os pensadores de vertente heterodoxa abordados neste trabalho entendem o consumo como uma prática que ultrapassa a utilidade e a racionalidade matemática, bem como, o bem-estar social que parte de equilíbrios automáticos entre oferta e demanda. Consumo, portanto, é entendido para além da economia, possuindo relação com a História, a Sociologia e a Antropologia.

## Referências

BENTHAM, Jeremy. **Uma introdução aos princípios da moral e da legislação**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. 2 ed. Tradução de Daniela Kern e Guilherme Teixeira. Porto Alegre: Zouk, 2011.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Por que os Ortodoxos erram tanto?** Folha de São Paulo, 2010. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0802201006.htm>. Acesso em 13/01/2024.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Por um Pensamento Econômico Heterodoxo Dominante: Um Manifesto Acadêmico. **Revista Econômica**, Niterói, v. 14, n. 1, p. 09-32, jun., 2012.

BRUE, Stanley L. **História do Pensamento Econômico**. Tradução de Luciana Penteado Miquellino. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

CHASE, Stuart. “Nota prévia”. *In*: VEBLÉN, Thorstein. **A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições**. Tradução de Olivia Krähenbühl. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1965.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. **O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2004.

EKERMAN, Raul. Apresentação. *In*: MILL, John Stuart. **Princípios de Economia Política: com algumas de suas aplicações à Filosofia Social**. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1996. p. 5-22. (Coleção os Economistas).

JEVONS, William Stanley. **A Teoria da Economia Política**. Tradução de Cláudia Laversveiler de Moraes. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Economistas).

KEYNES, John Maynard. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. Tradução de Mário R. da Cruz. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Economistas).

MARSHALL, Alfred. **Princípios de Economia: tratado introdutório**. v. I. Tradução revista de Rômulo Almeida e Ottolmy Strauch. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Economistas).

MARX, Karl. **Grundrisse**. Tradução de Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MCCRACKEN, Grant David. **Cultura e consumo: novas abordagens ao caráter simbólico dos bens e das atividades de consumo**. Tradução de Fernanda Eugenio. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

MENESES, José Newton Coelho; BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. Introdução: o testemunho das coisas úteis e duráveis. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo. Nova Série, v. 26, p. 1-4, 2018.

MICHAELIS. Ofelividade. *In*: **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Editora São Paulo: Melhoramentos: 2015. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/Ofelividade/>. Acesso em: 15 dez. 2024.

MILL, John Stuart. **Princípios de Economia Política: com algumas de suas aplicações à Filosofia Social**. v. I. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Economistas).

NELSON, Richard; WINTER, Sidney. **Uma teoria evolucionária da mudança econômica**. Campinas: Ed. Unicamp, 2005 [1930].

OLIVEIRA, Roberson de; GENNARI, Adilson Marques. **História do Pensamento Econômico**. São Paulo: Saraiva, 2009.

PARETO, Vilfredo. **Manual de Economia Política**. (Coleção os Economistas). Tradução de João Guilherme Vargas Netto. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

REDE, Marcelo. História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo. n. sér. v. 4, p. 265-282, jan./dez., 1996.

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. Tradução de Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

RUBIO, Flávia Carrasco. **A ortodoxia e heterodoxia revistas em sua base: uma leitura de Economia Política**. Dissertação (Mestrado Profissional em Finanças e Economia) – Escola de Economia, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2012.

SAES, Flávio Azevedo Marques de; SAES, Alexandre Macchione. **História Econômica Geral**. São Paulo: Saraiva, 2013.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de Economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. v. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

VEBLEN, Thorstein. **A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições**. Tradução de Olivia Krähenbühl. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1965.